

DF Saúde Superfaturamento na Saúde do DF

Tribunal de Contas da União constata prejuízo de R\$ 1,4 milhão durante compra de medicamentos entre 2000 e 2002

SÉRGIO PARDELLAS

O Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que houve superfaturamento da ordem de R\$ 1,4 milhão durante o processo de aquisição de medicamentos pela Secretaria de Saúde entre os exercícios de 2000 e 2002. Em voto proferido ontem, o relator do processo, ministro Adylson Motta, convocou 14 servidores do GDF para que apresentem as alegações de defesa sob pena de terem de ressarcir os cofres públicos. Entre os responsáveis, conforme o relatório do TCU, estariam os ex-secretários de Saúde Aluísio Toscano e Jofran Frejat – que ocupou o cargo durante dois mandatos do governador

Audidores do TCU contestam compra de remédios por vales

Joaquim Roriz – entre os anos de 1991 a 1995 e 1998 a 2002 e Paulo Afonso Kalume Reis, ex-diretor da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Em auditoria realizada na Secretaria de Saúde, o TCU identificou irregularidades como indícios de favorecimento a fornecedores de medicamentos, deficiências na instrução de processo de compra de remédios, ausência de comprovação de liquidação de despesas e não formalização de instrumentos de contratos. O prejuízo ao Erário foi verificado, pelo corpo técnico do tribunal, durante compras de grandes somas de medicamentos sem licitação, o que contraria o artigo



Ex-secretário de Saúde, Jofran Frejat, terá de dar explicações ao TCU

37 da Constituição Federal e a Lei de Licitações. As inspeções foram iniciadas no último ano a partir de uma representação do Conselho Regional de Farmácia.

O relatório do TCU contesta uma prática recorrente utilizada pela secretaria para driblar a licitação: a aquisição de remédios por vales. Segundo o documento produzido pela equipe técnica daquela corte, "chamou a atenção o aumento significativo dos casos de dispensa de licitação" ocorrida no período investigados. A cada exercício financeiro – diz o relatório – a regra, que é a licitação, deu lugar à exceção, nas modalidades de dispensa de

processo licitatório.

Um levantamento em notas de empenho constatou que duas empresas, a Unicom Produtos Hospitalares Ltda e a Hospfar Indústria e Comércio, chegaram a receber entre 2000 e 2002 cerca de R\$ 15 milhões, valores considerados discrepantes se comparados às demais empresas contratadas pela secretaria.

Relatório do TCU aponta que empresas teriam sido favorecidas

Procurado pelo JB, o porta-voz do GDF, Paulo Fona, disse que "as licitações estão ocorrendo regularmente na atual gestão e que as autoridades citadas vão apresentar suas razões no momento adequado".

pardellas@jb.com.br

Arquivo JB